




CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Projeto de lei de nº 246/19

Lido no expediente na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar em regime de tramitação ordinária nos termos do art. 52.º do Regimento Interno desta legislativa.

Natal, 24 de Setembro de 2019.


Presidente

PARECER

Após a devida análise, s.m.j., entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas seguintes Comissões Temáticas:

Justiça, Finanças, Transportes, Educação.

Natal, 24 de Setembro de 2019.

Nancy Raul
Procurador Legislativo
CABR RN 9082

EM BRANCO

CMN - Projeto de Lei
Número: 246/19
Folha: 06

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**

Designa o Vereador Leiz Almir

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias

Em, 30/09/19

CMN - Projeto de Lei
Número: 246/19
Data: 07/09/19



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

Projeto de Lei - nº 246 / 2019

Autor(a): Chagas Catarino

DESPACHO

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 30 de Setembro de 2019.

Cleyde Barbosa Dantas da Silva
Assistente Técnico
Mat. 540173-9

P A R E C E R

Projeto de lei nº 246/2019

EMENTA: PROJETO DE LEI. DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS NOS LOCAIS ONDE EXISTEM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO OU PARTICULARES DO MUNICÍPIO DE NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- 1. Trata-se de projeto de lei de autoria do Vereador Chagas Catarino, dispõe sobre a sinalização das vias públicas nos locais onde existem estabelecimentos de ensino público ou particulares do Município de Natal, e dá outras providências.*
- 2. Nesse diapasão, é necessário o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.*
- 3. In casu, ao realizar a análise dos autos, verifico que o projeto de decreto legislativo em comento é constitucional, fazendo com que não existam óbices ao seu regular trâmite nesta casa legislativa.*
- 4. Parecer favorável.*

Em apertada síntese, trata-se de projeto de lei de autoria do Vereador Chagas Catarino, que objetiva a sinalização das vias públicas nos locais onde existem estabelecimentos de ensino público ou particulares do Município de Natal, e dá outras providências.

Na justificativa do projeto, o autor pontua sobre a grande quantidade de instituições de ensino que carecem de uma maior sinalização nos locais de entrada e saída dos estudantes. Pois, enquanto alguns

estabelecimentos possuem de fato a chamada “faixa elevada” ou então faixa de segurança, a grande maioria de escolas públicas ou particulares carecem desse tipo de sinalização deixando os estudantes vulneráveis ao perigo decorrente do trânsito. Diante disso, julga-se de extrema importância que os estabelecimentos em sua totalidade possuam pintada uma faixa elevada, consequentemente causando uma maior segurança em torno da comunidade escolar.

Outrossim, é mister salientar que tal sinalização não é capaz de proporcionar absoluta segurança tanto aos alunos e professores, quanto aos pais, funcionários e demais pessoas. Contudo, se mostra como uma importante forma de alerta, aviso de que naquele estabelecimento há uma instituição de ensino que requer cuidados e respeito por haver crianças e jovens no seu local de estudo, e sobretudo, é forma de prevenção contra ocorrências danosas a todo e qualquer cidadão que esteja na condição de pedestre.

Ante o exposto, por zelo e respeito ao devido processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – nos termos do art. 53 do Regimento Interno desta Casa –, à qual cabe analisar o projeto quanto à constitucionalidade e conformidade com os princípios do nosso ordenamento jurídico.

Nesse interregno, analisando o Projeto de Lei, verifica-se que a matéria em comento se ajusta à competência legislativa municipal, pois de interesse local, conforme estabelece o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

Uma vez considerando o interesse local aludido no dispositivo legal exposto, ressalta-se a importância da sinalização das vias

públicas em locais onde existem instituições de ensino a fim de ser evitado acidentes e elucidar a consciência dos mesmos ao atravessar a faixa – para que o projeto mereça a sua devida efetivação é necessário que a benfeitoria realizada seja evidente, tal como no caso em análise.

Merece igualmente ênfase o disposto na Lei Orgânica do Município de Natal, a qual dispõe, em seu art. 7º, III, que:

Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles;

(...)

III - estabelecer e implantar a política de educação para o trânsito.

Tal como exposto pelo nobre vereador Chagas Catarino, deve-se haver a implantação de maior sinalização das vias públicas onde existem escolas públicas ou particulares como forma não só de segurança a quem está na condição de pedestre e motorista, como também é um meio de conscientização e política de educação ao cientificar os cidadãos do Município de Natal. Desse modo, evita-se qualquer tipo de distração que coloque em risco os bens que são tutelados no presente projeto de Lei: a vida e a segurança dos pedestres jovens e adultos.

Outrossim, não se vislumbra qualquer óbice legal ou constitucional que impeça o regular prosseguimento do Projeto de Lei apresentado.

O projeto de Lei fora bem escrito e nada há, pois, neste que mereça crítica negativa no que toca à constitucionalidade. Quanto à juridicidade, igualmente, nada há a opor.

Em verdade, o referido Projeto, inclusive, reconhece e valoriza a segurança da figura do pedestre, com o emprego da sinalização na implantação das faixas elevadas, gerando uma política de conscientização para que todos contribuam igualmente para um trânsito mais seguro na cidade de Natal.

A proposição atende ao previsto na legislação complementar sobre redação e elaboração normativas (LC nº 95/1998, alterada pela LC nº 107/2001), não merecendo reparos.

No projeto em apreço, ao realizar a análise dos autos, verifico que o projeto de Lei em análise atende aos requisitos constitucionais e legais exigidos, fazendo com que não existam óbices ao seu regular trâmite nesta casa legislativa.

Assim sendo, tenho que o projeto em análise é importante para o município, tendo em vista os fundamentos já colacionados.

Diante do exposto, ofereço **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de decreto legislativo.

Natal/RN, 20 de novembro de 2019.



Luiz Almir
Vereador

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em, 25/11/2019





MIN - Projeto de Lei
Número: 246/19
Data: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO


Designo o(a) vereador(a) Luiz Almir para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 30/09/19.


Ver. Ney Lopes Júnior
Presidente


PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO () EMENDA

Autor: Vereador(a) Chagas Catartino
Chefe do Executivo 
Relator: Vereador(a) Luiz Almir

VOTO DO RELATOR:

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2019.


Vereador Ney Lopes Júnior
Presidente

- () Favorável ao Parecer ☒
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Nina Souza
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Luiz Almir
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereadora Ana Paula
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Designo o Vereador Arildo Alves

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias.

Em, 09/12/19

Dinarte Torres
Presidente



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

Projeto de Lei: Nº 246/ 2019

Autor(a): Ver. Chagas Catarino

DESPACHO

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 09 de dezembro de 2019.

Pedro Henrique Brisolla
Setor de apoio as comissões técnicas
Mat. 540660-9



**GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.**

**Projeto de Lei nº 00246/19
Interessado: Chagas Catarino**

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise de projeto de lei nº **00246/19**, Dispõe sobre a sinalização das vias públicas nos locais onde existem estabelecimentos de ensino públicos ou particulares do município de Natal e das outras providências.

A comissão de constituição e justiça emitiu parecer favorável, bem como nos mesmos termos a procuradoria legislativa opinou pelo prosseguimento deste projeto, ante a sua constitucionalidade.

A comissão de finança opinou favoravelmente.

É o breve relatório.

II - ANÁLISE

O objetivo primordial deste Projeto de Lei Dispõe sobre a sinalização das vias públicas nos locais onde existem estabelecimentos de ensino públicos ou particulares do município de Natal e das outras providências.

Ante o parecer da comissão de constituição e justiça, legalidade, não restou decisão a ser tomada, senão seguir o parecer desta comissão.

É importante destacar, que o presente projeto não contraria a constituição, bem como não ocorrerá alteração no planejamento municipal.

Passando para outro ponto, sobre a competência municipal para legislar neste assunto o art. 30 da Constituição Federal, disciplina sobre aludido tema, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

Ademais, o art. 63 do Regimento Interno desta casa Legislativa, ordena a competência para essa comissão analisar os referidos projetos que poderão gerar algum impacto orçamentário, *In verbis*:


Art. 63 – A comissão de finanças, orçamento e fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:
I – Aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a sua compatibilidade com plano plurianual de investimento, a lei de diretrizes e o orçamento anual e quanto a sua adequação a eles.
(grifamos).

Assim, tendo em vista a constitucionalidade do referido projeto de lei e a competência desta comissão para analisar o caso, bem como a ausência de impacto ao transporte ou alteração no planejamento desse município, o parecer favorável após a alterações sugeridas é a única medida correta a ser tomada.

III - VOTO

Isto posto, após análise do mérito do Projeto de Lei nº 00246/19, dou parecer **FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 12 de Dezembro de 2019.


AROILDO ALVES DA SILVA
Vereador-PSDB



Designo o(a) vereador(a) Arnoldo Azevedo para nos termos do artigo 50 e seguintes do artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 09 / 12 / 19.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- [illegible]

Autor: Vereador(a) Phagas Catarino

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) _____

VOTO DO RELATOR: _____

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2019.

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção